

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE URUGUAIANA
URUGUAIANA PREVIDÊNCIA SOCIAL – URUPREV

Ofício nº 79/2019

Ofício 031/2019

Uruguaiana, 18 de dezembro de 2019.

Ao cumprimentá-lo cordialmente o Conselho Previdenciário no uso de suas atribuições servem-se deste para informar e requerer o seguinte:

- 1- Que nesta data fecham exatos 54 dias do envio das alterações necessárias à Lei 19/2018 a diretoria da URUPREV (documento anexo) para regularização do CRP (Certificado de Regularidade Previdenciária) por exigência de Lei, o qual no caso está desde fevereiro deste ano em situação IRREGULAR. O Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, instituído pelo Decreto nº 3.788, de 11 de abril de 2001, é o documento que atesta a adequação do regime de previdência social de Estado, Distrito Federal ou de Município ao disposto na Lei nº 9.717/98, na Lei nº 10.887/2004 e na Portaria MPS nº 402/2008, de acordo com os critérios definidos em norma específica que é a Portaria nº 204, de 10 de julho de 2008 publicada no (DOU 11/07/2008) que dispõe sobre a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP.
- 2- Que a falta de regularização do CRP implica em prejuízo ao município no que se refere ao condicionamento da referida regularização nas seguintes situações.
 - a)- realização de transferências voluntárias de recursos pela União (exceção às ações de educação, saúde e assistência social);
 - b)- celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de recebimento de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União;
 - c)- liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;
 - d)- pagamento dos valores devidos pelo Regime Geral de Previdência Social em razão da compensação financeira de que trata a Lei 9.796/99. (Esta última prejudicada em razão da falta de adequações da Lei 18/2019 e regularização do CRP)
- 3- Que já foi reiterado o alerta em relação aos fatos supracitados a diretoria da URUPREV pelos conselhos Previdenciário e Fiscal e que até o

momento não obteve resposta justificando a mora em enviar ao Legislativo para aprovação as alterações exigidas pela legislação vigente em relação a lei 19/2018 para que seja regularizado o CRP.

Diante do exposto viemos requerer que a Câmara de Vereadores enquanto poder FISCALIZADOR atue em relação à situação que traz prejuízos não só a categoria dos servidores como ao município de Uruguaiana e a própria autarquia.

Sem mais subscrevo-me;



Andrea Obes do Canto Osório

Vice presidente do Conselho Previdenciário

A Ilustríssima Senhora
Zulma Ancinello
Presidente da Câmara de Vereadores
Nesta

ef

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE URUGUAIANA
URUGUAIANA PREVIDÊNCIA SOCIAL – URUPREV

Ofício 023/2019

Uruguaiana, 24 de outubro de 2019.

Senhor Presidente:

Na oportunidade em que cumprimentamos Vossa Senhoria, informamos que estão sendo encaminhadas em anexo, as alterações da Lei Complementar Nº 19 de 11 de janeiro de 2018 e as devidas justificativas. Aproveitamos a oportunidade para solicitar que quando da devolutiva as possíveis alterações estejam em destaque para que os trabalhos referentes a aprovação sejam agilizados devido a importância e premência que envolve o assunto.



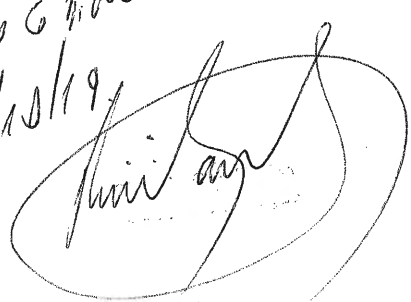
Andrea Obes do Canto Osório

Presidente do Conselho Previdenciário



Gilberto dos Santos

Presidente do Conselho Fiscal

Recebido em
24/10/19


Ao Ilustríssimo Senhor
Ricardo Peixoto Sam Pedro
Diretor Presidente da URUPREVE
Nesta.

JUSTIFICATIVAS DAS ALTERAÇÕES DA LEI 19/208

Na sua maioria as alterações propostas estão baseadas nos apontamentos feitos pelo IGAM (Instituto Gamma de Assessoria a Órgãos Públicos) na época da aprovação do projeto, bem como na Portaria 464/2018 dentre outras normas, alterações da Lei 9.717/98 e apontamentos do TCE.

Aquelas que não têm fundamentação legal específica, mas não tem óbice se justificam indiretamente por princípios legais e de que a autarquia URUPREV deve ter independência, ou seja, funcionara a pleno sem interferência ou ingerência do executivo.

Para tanto foi levado em consideração às várias necessidades prementes da URUPREV para atender requisitos legais de funcionamento e atendimento ao segurado.

Dentro deste contexto se destacam, além das questões administrativas, as jurídicas e até mesmo físicas que dependem respectivamente se iniciativas, pareceres, e materiais (humano, expediente, para que se cumpra a finalidade da autarquia em sua totalidade visando dentro deste cenário o equilíbrio financeiro em longo prazo.

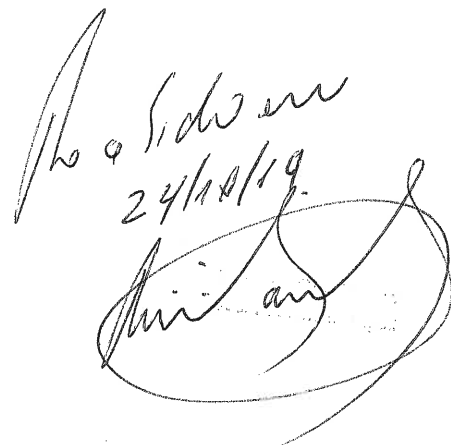
Uruguaiana, 24 de outubro de 2019


Gilberto Santos

Presidente do Conselho Fiscal


Andrea do Canto

Presidente do Conselho Previdenciário


24/10/19.